



A CRISE DA HISTÓRIA DA LITERATURA: REPENSANDO SEU LUGAR NOS ESTUDOS LITERÁRIOS E NO ENSINO DE LITERATURA

Juliane de Sousa Elesbão ¹(UERJ)
Roberto Acízelo Q. de Souza ²(UERJ)

RESUMO:

A história da literatura desfrutou de enorme prestígio a partir de meados do século XIX, especialmente, por conta do aparecimento da história como disciplina pretensamente científica, cuja perspectiva dominou o conhecimento, e da definição do conceito de literatura no sentido moderno, consolidada em meio ao movimento romântico, que se opunha à doutrinação clássica aristotélica. Entretanto, a concepção positivista da referida disciplina foi abalada com os estudos de fundamentação linguística desenvolvidos no período que vai de 1910 a 1970. Sendo assim, a história da literatura sofre certo desgaste, declinando em respeitabilidade científica, e voltando a ter certa visibilidade, apenas, com os estudos da estética da recepção, a partir de 1960. Ainda assim, os vários questionamentos aos quais foi submetida a história da literatura não diminuíram sua função prática, mas alteraram profundamente o seu lugar no âmbito dos estudos literários. No que diz respeito ao ensino de literatura, a disciplina em questão parece ainda fundamental, pois é difícil dispensar por inteiro um ensino pautado na periodização de obras e escritores, situados em recortes temporais e ligados a movimentos estéticos, apesar de esta metodologia ser alvo de críticas por parte de muitos professores. Todavia, o que poderia ser criticado é a forma como a história da literatura é tratada em sala de aula. A partir disso, é possível afirmar que a história da literatura passa por uma crise. Se assim é, questionamos: o ensino de literatura também é atingido por essa crise? Com base em Regina Zilberman, Roberto Acízelo de Souza, Paulo Franchetti, entre outros estudiosos da área, objetivamos problematizar o lugar da história literária como ciência, ligada aos estudos literários, bem como avaliar a sua posição no ensino de literatura, estendendo nossa reflexão para o caráter imprescindível da angulação diacrônica inerente à história da literatura.

Palavras-chave: História da Literatura. Estudos Literários. Ensino de Literatura.

Considerações iniciais

Durante quase todo o século XIX, a História da Literatura ocupou posição de hegemonia no âmbito científico-acadêmico. No Brasil, contribuiu de forma efetiva para a formação de uma ciência da literatura e agregou intelectuais da estirpe de Sílvio Romero (1851-1914) e Araripe Júnior (1848-1911), por exemplo, a estes somados, já no século XX, Afrânio Coutinho (1911-2000), Antonio Candido (1918), Alfredo Bosi (1936), para

¹ Doutoranda em Literatura Brasileira, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente, desenvolve pesquisa acerca da crítica literária brasileira no século XIX.

² Professor titular de Literatura Brasileira da UERJ, orientador deste trabalho. Dedicou-se à Literatura Brasileira e à Teoria da Literatura, com interesse especial na história e nos fundamentos conceituais dos estudos literários, bem como na historiografia da literatura brasileira.

citar alguns. Além disso, como ressalta Zilberman (2014, p. 144), a referida disciplina também “colaborou para a delimitação e definição da literatura brasileira, sobretudo naquilo que ela tem de expressão da identidade nacional, questão que atravessa sua trajetória”, e que ainda suscita questionamentos desenvolvidos por alguns pesquisadores atuantes que se “atrevem” a tratar de tal assunto.

Vale ressaltar que devemos a autores estrangeiros as primeiras contribuições historiográficas sobre a literatura do nosso país, como, por exemplo, o intelectual francês Ferdinand Denis (1798 – 1890), com o seu *Resumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, publicado em 1826. Neste trabalho, em que se verificam oito capítulos dedicados à literatura brasileira, Denis tece observações sucintas acerca da nossa então incipiente produção literária, enfatizando que “uma nova nação reclamava a história de sua literatura”. Delimita como marco histórico de “nascimento” da nossa literatura o século XVII, e traça, a partir daí, suas linhas principais. Acrescentamos a *História da poesia e da eloquência* (1805), do filósofo e crítico alemão Friedrich Bouterwek (1765 – 1828) – o primeiro intelectual a aplicar o método histórico aos autores de língua portuguesa –, e *De la littérature du Midi de l’Europe* (1813), do historiador e ensaísta político suíço Simonde de Sismondi (1773 – 1842). Destas, porém, só a obra do francês anteriormente citado procurou ser mais completa, tendo tratado a literatura brasileira como autônoma em relação à portuguesa e, além disso, tornou-se leitura obrigatória dos críticos românticos brasileiros, conforme se constata, por exemplo, nos ensaios de Joaquim Norberto – “deve-se a ele a primeira tentativa de uma *História da literatura brasileira*, cuja publicação [...] iniciou-se no ano de 1859” (SOUZA, 2002, p. 23) – e nos juízos que este fizera de algumas obras literárias influenciado pelas teses de Denis.

A partir de então, vários textos debruçados sobre a linhagem histórica da nossa literatura foram escritos, delineando mais ou menos sumariamente o aspecto da produção artístico-literária brasileira. Os traços diferenciais, principalmente em comparação com a literatura portuguesa, foram os meios pelos quais os primeiros historiadores conseguiram afirmar a nossa literatura, bem como manifestar os anseios de uma mesma nação que se queria livre e independente. Tais textos, e com eles os legados comuns aos quais todos pudessem se identificar como membros de uma mesma nação, se infiltraram na produção de materiais didáticos, que transitaram no âmbito educacional e se constituíram em leitura obrigatória no estudo da literatura brasileira, incluídos no currículo do curso secundário do Colégio Pedro II em 1855, através do regulamento de 17 de fevereiro assinado pelo então ministro do Império, Luís Pereira de Couto Ferraz; ou, por vezes, emergiram em gramáticas de língua portuguesa nas quais se apresentavam trechos exemplares dos clássicos nacionais. Souza (1999) reforça que, a partir de 1858, a “vertente historicista” sobrepôs-se de vez à vertente “retórico-poético”, com a inclusão da “história da literatura portuguesa e nacional” no ensino secundário. Em outras palavras, um quadro histórico da nossa literatura mostrou-se instrumento necessário e mais eficaz para se prestar a um propósito pedagógico no que diz respeito ao ensino de literatura brasileira. Movido por essa necessidade, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) publicou o *Curso elementar de Literatura Nacional*, em 1862, considerado o pioneiro sobre o conjunto de escritos historiográficos da literatura brasileira em português. A partir de então, outras histórias

literárias foram produzidas e acrescentadas à bibliografia escolar.

Atualmente, no ensino básico, mais especificamente do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, o estudo que se concentra sobre as obras literárias brasileiras e a periodização que as situa é contemplada pela disciplina de Língua Portuguesa – com exceção de algumas instituições escolares que dividem a carga horária desta matéria, instituindo a Literatura como uma disciplina à parte –, e pela disciplina de Literatura Brasileira, ofertada, geralmente, entre o terceiro e o sexto semestre nos cursos de graduação em Letras. De todo modo, ainda é notória a predominância resistente (?) da perspectiva diacrônica, cronologicamente fatiada de acordo com movimentos e estéticas artísticas, por meio de características em comum resultantes de critérios propostos pelas divisões das histórias literárias, utilizadas ainda como material didático para o ensino de literatura.

Por outro lado, desde que os princípios historicistas e causalistas entraram em descrédito, especialmente com a emergência e predomínio dos estudos de fundamentação linguística desenvolvidos no período que vai de 1910 a 1970, a partir, sobretudo, do formalismo russo, passando pelo *new criticism* e repercutindo no estruturalismo, a história da literatura sofreu certo desgaste, declinando em respeitabilidade científica, e voltando a ter certa visibilidade, apenas, com os estudos da estética da recepção (por volta da década de 1960). Esta linha teórica procurou revitalizar a história da literatura através da ênfase dada ao leitor, visto que este seria o elemento que garantiria a historicidade das obras literárias, aprofundando a vitalidade e a continuidade do processo literário, e ao conceito de “horizonte de expectativas”, que determina a recepção das obras por parte do público leitor. Desse modo, o valor estético-literário seria medido com base na leitura das várias obras, na recepção inicial e subsequente destas, na percepção das singularidades, resultando em novos parâmetros de avaliação. Ainda assim, a longa crise que a história da literatura sofreu, e que parece atravessar novamente, deveu-se à crise do próprio conceito de história que a alicerçava, à desvalorização dos ideais que a ela estavam ligados, como os de nação, identidade nacional e patriotismo, aos questionamentos relacionados à literatura como expressão da sociedade e ao surgimento de novos paradigmas epistemológicos de abordagem do texto literário. Atualmente, na área de Letras, novas fronteiras do conhecimento, nas quais se digladiam discursos e práticas críticas diversas, revolucionam os estudos literários e intentam redefinições conceituais, sobretudo no concernente à própria definição de literatura, à sua natureza, aos critérios de valor e de interpretação, bem como à forma e função do cânone. Tal revolução também afeta o campo da historiografia literária, relegando esta a segundo plano, o que nos leva, outrossim, a refletir sobre o seu lugar tanto na pesquisa quanto no ensino. É o que faremos a seguir.

O lugar da história da literatura nos estudos literários

No século XIX, com a ascensão do historicismo como ponto de vista epistemológico preponderante, a história da literatura viria a substituir a retórica e a poética por uma série de fatores, entre os quais se destacam a “emergência do antinormativismo romântico” (SOUZA, 2007a, p. 30) e a pretensão da disciplina de se tornar científica. Daí, se desenvolveram três correntes: 1) a biográfico-psicológica, diretriz que teve Sainte-Beuve como

principal representante e centrava-se na vida do autor, na sua reconstrução biográfica e psicológica. “Neste sentido, a obra literária se definiria, antes de mais nada, como uma linguagem que se distingue pela pregnância de uma subjetividade” (ROGER, 2002, p. 50); 2) a sociológica, com ênfase nos fatores políticos, sociais e ideológicos, com interesse na função social do escritor e com a concepção de que o texto literário é reflexo da sociedade; 3) por fim, a filológica, objetivando a reconstrução da legibilidade, física ou contextual, dos textos, especialmente os mais antigos, e as influências a que se sujeitaram.

Nesse mesmo período, emerge, de forma mais efetiva e sob o crivo das contingências de sua época, a linha de estudos designada como literatura comparada, cuja consolidação se deu mais rapidamente na França, apresentando-se como uma ciência positivista, sujeita ao estudo eurocêntrico das literaturas nacionais e vinculada ao historicismo dominante. A referida expressão diz respeito a “uma forma de investigação literária que confronta duas ou mais literaturas” (CARVALHAL, 1992, p. 5), preocupada em investigar “a migração de um elemento literário de um campo literário a outro, atravessando as fronteiras nacionais” (CARVALHAL, 1992, p. 9). Caracterizada por certo ecletismo metodológico, pela diversidade dos objetos postos em análise e pelo diálogo possibilitado com diversas áreas do saber (filosofia, história, sociologia, entre outras), sua relação com a história da literatura é delicada, visto que a atividade crítica empreendida pelo comparatismo não exclui o histórico. A escola francesa, por exemplo, definia-se por lançar mão das concepções positivistas e lineares da história, valorizando as linhas de evolução das obras pautadas nos estudos sobre fontes e influências. Ao se expandir, a literatura comparada preservou tal perspectiva de investigação do literário e solidificou o entrelaçamento e o diálogo constante com a história, a fim de concretizar a elaboração de uma “história da literatura geral”.

No entanto, na passagem do século XIX para o XX, a feição dos estudos sobre literatura sofre transformações em decorrência da crise dos conceitos de historicismo e positivismo, do surgimento do método fenomenológico na filosofia, da ascensão da linguística estrutural do suíço Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) – apresentada no seu *Cours de linguistique générale*, publicada, postumamente, em 1916 –, e pelas inovações resultantes das vanguardas artísticas (cubismo, futurismo, expressionismo, dadaísmo) que delinearão a estética modernista. Além disso,

Na diretriz generalizada de questionamento do positivismo e do historicismo, desenvolvem-se, em diferentes centros culturais e universitários, algumas correntes de investigação da literatura que apresentam pontos comuns, apesar das divergências que as separam. Essas correntes, cujo período de surgimento e realizações de pesquisa estende-se do início do século XX até a década de 1930, são as seguintes: a *estilística*, principalmente na Alemanha e Suíça e, depois, na Espanha; o *formalismo russo* ou, mais amplamente, eslavo; a *escola morfológica alemã*; a *nova crítica anglo-americana*; a *fenomenologia dos estratos*, criada pelo polonês Roman Ingarden. (SOUZA, 2007a, p. 37; grifos do autor)

Mesmo que apresentassem pontos comuns, tais correntes visavam a estabelecer métodos próprios, independentes e desvinculados entre si. Ainda assim, é possível constatar entre elas os mesmos interesses: reconhecer os estudos literários, definir uma concepção de literatura e distinguir a sua natureza a partir de critérios

sistematizados. Desse modo, o panorama dos estudos que se voltavam para a literatura tomou corpo e formou um conjunto que seria conhecido como teoria da literatura. E, à medida que esta ganhava terreno, sobretudo após o prestígio alcançado pelo livro *Teoria da Literatura* (1949), do austríaco René Wellek e do norte-americano Austin Warren, a história da literatura, ao lado de outras disciplinas – poética, retórica, estética –, tornava-se cada vez mais negligenciada e reduzida a um mero capítulo daquela.

Além desse panorama, recentemente passou a coabitar lado a lado com os estudos literários uma outra linha de raciocínio que a cada dia ganha mais adeptos: os estudos culturais. O declínio da antiga unidade cultural, alicerçada na ideia de nação e no arcabouço das línguas pátrias construídos desde o século XIX, a existência de múltiplas culturas, a rivalidade entre a arte verbal e as formas expressivas não verbais ou semiverbais, a vida internética e sua velocidade eletrônica resultaram em alterações radicais no campo dos estudos literários e puseram em causa a delimitação do seu objeto e a tradição literária. A partir dos estudos culturais, o método de análise se volta para o elemento cultural em vez do literário, e o seu “intento é ressocializar e rehistoricizar a grande arte [...], bem como promover as manifestações das classes populares e das minorias a um estado de dignidade cultural que não lhes é concedido” (BORDINI, 2006, p. 14).

A visão monolítica que servia de baliza para a construção e transmissão da tradição historiográfica acaba por ser refutada, visto não contemplar a heterogeneidade nem a complexidade literária, além de excluir do cânone aquilo que não convergia com o pensamento dominante:

Historicamente, o cânone literário, tido como um perene e exemplar conjunto de obras-primas representativas de determinada cultura local, sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média/alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos etc (ZOLIN, 2005, p. 275).

Apesar de não ser garantido o fato de essa exclusão ser motivada exclusivamente por critérios literários, passou-se a reivindicar um novo fazer historiográfico da literatura a partir do reconhecimento dos pluri, multi e transculturalismos e, por conseguinte, uma revisão do conjunto canônico considerado excludente. Proclama-se, então, uma visão não-linear, não-cumulativa da história e valoriza-se a descontinuidade na sua capacidade de articular elementos de áreas diversas sem a imposição de contornos predeterminados por uma pretensa linha evolutiva das obras literárias. Desse modo, afirma-se possível retraçar territorialidades literárias e não literárias, analisando a história pela sua pluralidade ao pôr em xeque os critérios de filiação, hereditariedade, fonte e influência.

Com esse breve panorama, vê-se o quão foi difícil para a historiografia literária concorrer com a emergência de várias disciplinas que a colocavam em questionamento. Acrescenta-se ainda o fato de que os sujeitos que se formam inseridos num contexto histórico são os mesmos que não “[percebem] que as conclusões a que [chegam] em suas interpretações do mundo e dos textos ocorrem num lugar histórico, referem-se a uma herança de sentidos vigente nesse lugar” (JOBIM, 2005, p. 44). O elemento histórico não está no rol de interesses

desses sujeitos, por mais que aquele seja inerente ao processo de interpretação e de constituição da noção de subjetividade, que interfere significativamente nas produções literárias. Forma-se, então, um ambiente hostil para a historiografia literária e para o pesquisador que pretende enveredar por esse caminho. Assim, tornou-se necessário – ou quase “vital”, motivo de “sobrevivência” – para a história literária acompanhar as transformações pelas quais passam os estudos literários e a própria literatura, que parece não se encaixar mais em uma diacronia, com recortes datados marcando início e fim de movimentos estéticos.

A questão é: ela não perdeu o seu lugar, haja vista que a história é componente importante tanto para a concepção de literatura como para a compreensão de uma obra, mesmo para aqueles estudiosos que objetivam compor projetos diferentes. Sendo assim, a história literária mostra-se como ponto de referência para qualquer pesquisador; logo, quando “enfocamos os projetos ‘clássicos’ de história da literatura no Brasil, nossa primeira observação é que continuam válidos e relevantes para os estudos literários, como demonstram as reedições sucessivas de *A literatura no Brasil*, de *Formação da literatura brasileira* e de *História concisa da literatura brasileira*, por exemplo” (JOBIM, 2005, p. 45). Resgatar a dimensão histórica de uma obra literária é tratá-la como um relato do seu tempo, pondo-a em análise e questionamento, é concebê-la como uma “nova” fonte de percepção para o historiador-pesquisador acerca da construção e legitimação de um imaginário social, de um conjunto de identidades e subjetividades. Além disso, a historiografia literária mostra-se de suma importância para a compreensão do processo evolutivo interno da literatura enquanto fenômeno estético-artístico e discursivo, visto que fazer história da literatura é participar do próprio processo de construção do discurso literário. Exige-se uma revitalização da prática historiográfica literária, mas não se leva em conta que a releitura de textos do passado coloca-os numa nova malha de leitura, interpretação e formação de sentidos, em que há uma busca por apreender o que uma obra nos fornece de seu tempo, que pode contribuir para o entendimento do que se produz, hoje, de literatura. Em outras palavras, esquece-se que a literatura também é um produto histórico, “[...] signo de uma história e resistência a essa história.” (BARTHES, 2008, p. 47). À vista disso, parece possível afirmar que faz sentido, sim, estudar a história da literatura, porém tal afirmação gera ainda desconforto.

O lugar da história literária no ensino de literatura

Se há uma crise permanente nos estudos diacrônicos da literatura, então o ensino de literatura também se vê atingida por essa crise? O que ainda se observa no ensino de literatura é o professor recorrendo às sínteses dos períodos literários e à contextualização das obras numa sequência temporal linear; em síntese, a função prática da história da literatura não diminuiu. A disciplina em questão parece ainda fundamental, pois mostra-se difícil dispensar por inteiro um ensino pautado na periodização de obras e escritores, situados em recortes temporais e ligados a movimentos estéticos, apesar do que se lê, por exemplo, nas *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, disponibilizadas no site do MEC: “não se deve sobrecarregar o aluno com informações sobre épocas, estilos, características de escolas literárias, etc., como até hoje tem ocorrido, apesar de os PCN, [...] alertarem

para o caráter secundário de tais conteúdos” (2006, p. 54). Essa metodologia, centrada na contextualização das obras em períodos literários, também é alvo de críticas por parte de muitos professores, que consideram defasado esse modo de ensinar literatura.

Mas o fato é: não se deve romper com a história da literatura. Olhando por outro ângulo, o que poderia ser criticado é a forma como ela é tratada em sala de aula e a desvalorização dos conteúdos relacionados às ciências humanas, ou seja, “é preciso destacar o fato de que as grandes obras de história literária não podem ser responsabilizadas pela má aplicação que delas se faz, e muito menos pela miséria geral do ensino médio no que toca às humanidades” (FRANCHETTI, 2002, p. 253-254). Conforme também se nota no seguinte trecho das *Orientações...*, de 2006:

Constata-se, de maneira geral, na passagem do ensino fundamental para o ensino médio, um declínio da experiência de leitura de textos ficcionais, seja de livros da Literatura infanto-juvenil, seja de alguns poucos autores representativos da Literatura brasileira selecionados, que aos poucos cede lugar à história da Literatura e seus estilos. Percebe-se que a Literatura assim focalizada – o que se verifica sobretudo em grande parte dos manuais didáticos do ensino médio – prescinde da experiência plena de leitura do texto literário pelo leitor. No lugar dessa experiência estética, ocorre a fragmentação de trechos de obras ou poemas isolados, considerados exemplares de determinados estilos, prática que se revela um dos mais graves problemas ainda hoje recorrentes (BRASIL, 2006a, p. 63).

Infere-se, então, que a prática docente se limita a reproduzir a “história da literatura” para os alunos em vez de ensinar a própria literatura, tornando-se, assim, uma “prática viciada” entre alguns professores reduzir o ensino de tal conteúdo à abordagem dos períodos literários e ao enquadramento de obras e autores nesses períodos; logo, o que se aponta é o modo como o texto literário, bem como a historiografia que dele se ocupa, é trabalhado em sala de aula, já que não se propicia a “experiência plena de leitura do texto literário”. No entanto, a história literária não impede que se faça a leitura dos textos, pelo contrário, ela deve facilitar a seleção de quais obras ler ou sobre quais falar. Infelizmente, o professor se vê pressionado por uma vasta lista de obras para contemplar, ou pelo seu vasto programa panorâmico, e sente-se compelido a cobrir a linha do tempo da literatura, e os alunos, já desestimulados, se veem com dificuldade para entender e contextualizar, estética e historicamente, tantas obras “antigas”, apenas citadas ou vistas superficialmente.

O mesmo cenário é verificado no âmbito do ensino superior, na formação de pesquisadores e docentes nos cursos de Letras, em que o conteúdo e as ementas das disciplinas que compreendem a Literatura Brasileira configuram-se ainda de maneira historiográfica, com base nas principais historiografias produzidas – Veríssimo (1916), Coutinho (1955), Candido (1959), Bosi (1970), entre outros.

O que muitas vezes é visto como um ensino rígido, estagnado, na verdade, pode apresentar-se como uma perspectiva educacional ainda necessária para a formação do futuro docente/pesquisador e para a geração de leitores dessas obras historiográficas, analisadas e apreendidas em um processo formativo em constante reflexão. Além disso, sobretudo no âmbito acadêmico, a historiografia literária constitui-se como um patrimônio representativo da cultura a ser valorizado e mantido, uma configuração orgânica e dinâmica que, subsidiada pela

crítica e pela teoria literárias, deve ser tomada como objeto de investigação, que “fornece como que um mapa do tempo, sem o qual será impossível mover-se com um mínimo de proficiência no domínio dos estudos literários” (SOUZA, 2007b, p. 152-153), além de ter como “uma das [suas] funções primordiais [...] atender ao público estudantil em suas necessidades didáticas” (MALLARD, 1995, p. 66), e, para tal, a literatura é tomada como “fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade” (CANDIDO, 1995, p. 243), bem como na sua historicidade. A permanente revisão dessa historiografia é imprescindível, portanto, já que ela permanece como alicerce para o ensino de literatura e para a formação do estudante, tanto como indivíduo quanto como profissional. Reconhecemos as vulnerabilidades e as limitações da referida disciplina – “noção sumária e grosseira da literatura”, “tendência para a linearidade evolucionista”, a concepção de contexto como “fator determinante” da literatura, entre outros –, mas se tornaria esvaziada e sem eixo a prática docente que não lançasse mão das configurações históricas, sociais e políticas das obras, que as eliminasse “do plano de estudos dos aspirantes a especialistas em literatura, com o que o acesso à literatura como objeto de reflexão e pesquisas se faria pela via única da teoria da literatura, concebida como construção conceitual alheia a qualquer referencial histórico” (SOUZA, 2007b, p. 151). Se assim fosse, o ensino de literatura se tornaria “desastroso”, tendendo ao fracasso, visto que sempre haveria a necessidade de “uma constante remissão à contínua reconfiguração desse objeto [objeto cultural chamado literatura] segundo o decurso do tempo, isto é, conforme o ritmo da história” (SOUZA, 2007b, p. 151).

Considerações finais

Sim: a história da literatura mantém seu lugar tanto nos estudos literários quanto no ensino, especialmente porque – e estamos cientes disso – a “Literatura [...] é um campo riquíssimo para investigações históricas realizadas pelos estudantes, estimulados e orientados pelo professor, permitindo reencontrar o mundo sob a ótica do escritor de cada época e contexto cultural” (BRASIL, 2002, p.19), contribuindo, dessa forma, para o cruzamento das fronteiras do conhecimento e para a promoção das competências humanas mais amplas nos estudantes. Não devemos subtrair da referida disciplina a relevância da sua atuação no ensino e na pesquisa, que ganham em profundidade com ela, visto que um dos méritos da historiografia literária consiste em provocar o interesse de outros estudos que venham a preencher as suas lacunas.

Os anacronismos e o “aqui e agora” negligenciam o que da linha histórica da literatura é recuperável na atualidade e que pode levar também ao entendimento do presente. Em outras palavras, trabalhar com a historiografia literária “não se trata de apresentar as obras da literatura no contexto de seu tempo, mas de apresentar, no tempo em que essas surgiram, o tempo que as conhece, isto é, o nosso” (BENJAMIN, 1994, p. 97), dando a conhecer e preservando, assim, não somente a história produzida pelo homem, mas o próprio homem.

É inegável que a história literária continua servindo como uma espécie de dicionário, de material de consulta de datas e marcos literários, ou como um mero apêndice didático. Porém, o que não se vê é que, com o

auxílio dela, a literatura responsabiliza-se em permitir que reflitamos acerca das concepções e das representações construídas até então sobre o nosso povo, nossa cultura, dos principais traços que formam a nossa sociedade e do nosso estar no mundo. A literatura não é apenas ficção. Ela também é memória, conhecimento, história...

Referências

BARTHES, R. História ou literatura? In: BARRENTO, J. (Org.). **História literária: problemas e perspectivas**. Lisboa: Materiais críticos, 1986.

BENJAMIN, Walter. História da literatura e Ciência da Literatura. In: ZAIDAN, Michel (Org.) **Walter Benjamin**. Recife: UFPE, 1994.

BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, 2006. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/610/441>..>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2002.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006.

CANDIDO, Antonio. “Direito à Literatura”. In: _____. **Vários Escritos**. 3a. ed. (revista e ampliada). Livraria Duas Cidades: São Paulo, 1995.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura Comparada**. Ática: São Paulo, 1992.

FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. **Semear: Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 247-264, 2002. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_18.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JOBIM, José Luís. O lugar da história da literatura. **Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 40-51, 2005. Disponível em: <
<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/473/286>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MALLARD, Letícia. Nelson Werneck Sodré: a ruptura e o reflexo. In: MALLARD, Letícia *et alli*. **História da Literatura**: ensaios. Ed. da UNICAMP: Campinas, 1995.

ROGER, Jérôme. **A crítica literária**. Trad. Rejane Janowitz. DIFEL: Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

_____. Apresentação. _____. (org.) **Joaquim Norberto de Sousa Silva**. História da literatura brasileira e outros ensaios. Zé Mario Editor: Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Teoria da Literatura**. Ática: São Paulo, 2007a.

_____. **Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira**. Eduerj: Rio de Janeiro, 2007b.

ZILBERMAN, Regina. A história da literatura pede passagem. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Belém, n. 24, p. 142-158, 2014. Disponível em: <<http://revista.abralic.org.br/edicoes/detalhe/?id=25>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (Orgs.) **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2 ed. Maringá: Eduern, 2005.